



Demonstrações financeiras
Xtage Intermediação S.A.

31 de dezembro de 2023

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos Acionistas e Administradores da Xtage Intermediação S.A.

São Paulo – SP

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Xtage Intermediação S.A., acompanhadas das notas explicativas, referidas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas segundo a Lei das Sociedades Anônimas e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

GESTÃO DE RISCOS

A Gestão de Riscos está estruturada de forma totalmente independente das áreas de negócio, reportando-se diretamente à alta administração, para garantir isenção de conflito de interesse e uma segregação de funções adequada às boas práticas de governança corporativa e de mercado.

O gerenciamento de riscos é exercido de modo integrado e independente, por meio de formalização de políticas, procedimentos e metodologia, consistentes com a tolerância a risco e com a estratégia de negócio, e onde são monitorados os diversos riscos inerentes às operações e/ou processos, incluindo os riscos de mercado, liquidez, crédito, operacional e subscrição.

Tais processos de gerenciamento de riscos estão, ainda, associados aos processos de gestão de continuidade dos negócios.

POLÍTICAS DE REINVESTIMENTO DE LUCROS E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios entre 30% (trinta por cento) e 50% (cinquenta por cento) sobre o lucro líquido ajustado, apurado em cada encerramento de exercício.

O saldo do lucro líquido, verificado após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberadas pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser integralmente destinado a Reserva de Lucros Estatutária, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das atividades da Companhia conforme previsto no Art. 202 da lei nº 6.404/76 § 4º, § 5º e § 6º até atingir o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do valor do capital social integralizado.

Em 31 de dezembro de 2023, consultado o acionista controlador, a Administração não irá propor à Assembleia de acionistas a distribuição de dividendos.

São Paulo, 24 de abril de 2024.

Xtage Intermediação S.A
Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022
Circulante				Circulante			
Disponibilidades		403	3.108	Passivos financeiros		10.484	2.769
Ativos financeiros		1.409	10.056	Negociação e intermediação de valores	6	6	2.235
Títulos e valores mobiliários	4	1.409	10.056	Fornecedores		10.217	173
Outros ativos		767	4.988	Obrigações fiscais e previdenciárias		1	361
Impostos e contribuições a compensar		767	513	Provisões e contingências passivas		260	-
Despesas antecipadas		-	4.475	Não circulante			
Não circulante				Outros passivos		1.254	47.187
Intangível	7	-	5.476	Obrigações sociais e estatutárias		112	342
Ativo fiscal diferido	8	18.433	8.946	Outros passivos	5	1.142	46.845
Outros ativos		1.120	46.227	Total do passivo		11.738	49.956
Outros ativos	5	1.120	46.227	Patrimônio líquido atribuível aos controladores		10.394	28.845
Total do ativo		22.132	78.801	Capital social	9	46.161	45.000
				Reservas de capital		159	1.294
				Prejuízos acumulados		(35.926)	(17.449)
				Total do patrimônio líquido		10.394	28.845
				Total do passivo e patrimônio líquido		22.132	78.801

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Xtage Intermediação S.A.
Demonstração do resultado e do resultado abrangente
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas de prestação de serviços		847	193
Receitas com instrumentos financeiros		429	714
Receitas operacionais líquidas	10	<u>1.276</u>	<u>907</u>
Custos operacionais	11	(2)	(3)
Despesas com vendas		-	(23)
Outras despesas administrativas	11	(14.865)	(27.309)
Outras receitas e despesas operacionais		(14.364)	36
Resultado antes da tributação sobre o lucro		<u>(27.955)</u>	<u>(26.392)</u>
Imposto de renda e contribuição social	8	9.478	8.946
Lucro líquido do período		<u>(18.477)</u>	<u>(17.446)</u>
Resultado abrangente		-	-
Total do resultado abrangente		<u>(18.477)</u>	<u>(17.446)</u>
Resultado líquido por ação – básico e diluído		(0,4067)	(0,3877)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Xtage Intermediação S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
Em milhares de reais

	Capital Social	Reservas de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3	-	(3)	-
Prejuízo do exercício	-	-	(17.446)	(17.446)
Transações com acionistas – contribuições e distribuições				
Aumento de capital	44.997	-	-	44.997
Outorga de plano de incentivo baseado em ações	-	1.294	-	1.294
Saldos em 31 de dezembro de 2022	45.000	1.294	(17.449)	28.845
Saldos em 31 de dezembro de 2022	45.000	1.294	(17.449)	28.845
Prejuízo do exercício	-	-	(18.477)	(18.477)
Transações com acionistas – contribuições e distribuições				
Aumento de capital	1.161	-	-	1.161
Outorga de plano de incentivo baseado em ações	-	(1.135)	-	(1.135)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	46.161	159	(35.926)	10.394

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Xtage Intermediação S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
Em milhares de reais

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2023	2022
Resultado antes da tributação sobre o lucro		(27.955)	(26.392)
Ajustes ao resultado		4.345	2.208
Plano de incentivo baseado em ações		(1.131)	1.294
Amortizações de ativos intangíveis	7	612	914
Baixas de ativos intangíveis	7	4.864	-
Varição dos ativos e passivos operacionais		10.714	(1.259)
Negociação e intermediação de valores (ativos e passivos)		(2.229)	2.235
Despesas antecipadas		4.221	(4.475)
Outros ativos		45.127	(46.227)
Fornecedores		10.044	173
Obrigações sociais e estatutárias		(230)	342
Obrigações fiscais e previdenciárias		(360)	(152)
Outros passivos		(46.119)	46.845
Provisões e contingências passivas		260	-
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		(12.896)	(25.443)
Aquisições de intangível	7	-	(6.390)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		-	(6.390)
Aumento de capital	9	1.544	44.997
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		1.544	44.997
Aumento em caixa e equivalentes		(11.352)	13.164
Caixa e equivalentes no início do período		13.164	-
Caixa e equivalentes no final do período		1.812	13.164
Disponibilidades		403	3.108
Certificado de depósito bancário		1.409	10.056

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Xtage Intermediação S.A., anteriormente denominada como UFUK Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia" ou "Xtage"), iniciou as suas operações em 23 de agosto de 2021 e tem sua sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.909, Torre Sul, Cj. 291, CEP 04543-907.

A Xtage desenvolve atividades de intermediação e agenciamento de serviços no ramo de ativos digitais, proporcionando aos investidores operarem com criptoativos de forma segura, simples e com alta performance.

A Xtage é controlada diretamente pela Xproject, que detém 100% de participação em seu capital total e indiretamente controlada pela XP Inc., a qual possui como acionista controlador a XP Control, detentora de 18,8% de participação em seu capital total.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 24 de abril de 2024.

a) Incorporação da XP Ativos Digitais Intermediação S.A.

Em 31 de outubro de 2023, a Companhia, realizou a incorporação do seu investimento na XP Ativos Digitais Intermediação S.A., onde, em decorrência dessa transação, ocorreu um aumento de seu capital social no valor de R\$ 1.161, conforme laudo de avaliação elaborado por empresa avaliadora independente, considerando o patrimônio líquido total da Incorporada.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(a) Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), bem como à luz da Lei das Sociedades Anônimas (Lei Federal nº 11.638/07).

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos), tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

(b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas em reais, moeda funcional utilizada pela Companhia, e estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

(c) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações em relação ao reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas a estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes.

3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

(a) Instrumentos financeiros ativos e passivos

A Companhia classifica, no reconhecimento inicial, seus ativos e passivos financeiros, como mensurados: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"); (iii) valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Reconhecimento e mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Xtage Intermediação S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado

Para fins de avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição.

Os ativos financeiros ao VJR são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao VJR são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas ou despesas financeiras" no exercício em que ocorrem. As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado.

Havendo ativos financeiros avaliados ao VJORA, estes serão mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, exceto as perdas por *impairment*, juros e diferenças cambiais sobre os instrumentos de dívida, são reconhecidas nos resultados abrangentes e acumuladas na reserva de valor justo.

As variações no valor justo de títulos monetários classificados como VJORA, são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando os títulos classificados como ao VJORA são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas ou despesas financeiras".

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente pelo método da taxa efetiva de juros ("EIR") e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou desvalorizado. A entidade reclassifica os ativos financeiros somente quando altera seu modelo de negócios para o gerenciamento desses ativos financeiros.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Impairment de ativos financeiros

A entidade reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas ("PCEs") para todos os instrumentos de dívida não classificados em VJR. As PCEs baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma aproximação de taxa de juros efetiva original. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias mantidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

Em cada data de balanço, a companhia avalia se os ativos financeiros estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não há mercado ativo é determinado pelo uso de técnicas de mensuração. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (em base de mercado); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxos de caixa descontados ou outros modelos de mensuração.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem disponibilidades e quaisquer outras aplicações de curto prazo que possuam alta liquidez, que sejam prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que não estejam sujeitas a um risco significativo de mudança de valor, bem como que sejam mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimentos ou outros propósitos.

As operações são consideradas de curto prazo quando possuem vencimentos em três meses ou menos a contar da data da aquisição e/ou possuem liquidez imediata.

(c) Imposto de renda e contribuição social

A Xtage, apura o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real em que o imposto de renda é apurado com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social é apurada com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é calculado sobre prejuízo fiscais, base negativa de Contribuição Social e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão baixados na medida em que sua realização não seja mais provável.

(d) Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária), quando aplicável, são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(e) Benefícios a empregados

i) Obrigações de curto prazo

Os passivos relacionados a benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são contabilizados quando o serviço relacionado é fornecido.

O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago nos termos dos planos de bônus ou participação nos resultados a curto prazo se o Grupo tiver uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor devido a serviços passados prestados pelos empregados e a obrigação puder ser mensurada com segurança.

ii) Plano de incentivo baseado em ações

O plano de incentivo baseado em ações foi aprovado em reunião da diretoria da XP Inc., controladora do Grupo XP, do qual a Companhia faz parte, realizada em 6 de dezembro de 2019.

O Grupo lançou dois planos de incentivo baseados em ações, a *Restricted Share Units* (“RSU”) e a *Performance Share Units* (“PSU”). Os planos de incentivo baseados em ações foram elaborados para fornecer incentivos de longo prazo a determinados funcionários, diretores e outros provedores de serviços em troca de seus serviços. Para ambos os planos, a administração se compromete a conceder ações da XP Inc aos participantes definidos.

O custo do incentivo baseado em ações é mensurado pelo valor justo na data da outorga. O custo é registrado em contrapartida a um correspondente aumento no patrimônio líquido durante o período em que o serviço é prestado ou na data da concessão, quando a concessão se refere a serviços passados. O valor total a ser registrado é determinado com base no valor justo das ações correspondente à respectiva tranche na data da outorga, a qual também considera o seguinte:

- quaisquer condições de performance do mercado;
- o impacto de quaisquer condições de aquisição que não sejam de performance de mercado (por exemplo, permanecer empregado na entidade por um tempo especificado) e;
- o impacto de quaisquer condições que não sejam de aquisição de direitos (ou seja, a exigência de os participantes manterem ações por um período específico).

A despesa total é reconhecida durante o período de aquisição, que é o período no qual todas as condições de aquisição especificadas devem ser satisfeitas. No final de cada período, a entidade revisa suas estimativas do número de ações que se espera que sejam adquiridas com base nas condições de aquisição que não são de mercado. A entidade reconhece o impacto da revisão das estimativas originais, se houver, no resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio líquido.

Quando as ações são adquiridas, a XP Inc. transfere o número correspondente de ações para o participante. As ações recebidas pelos participantes, líquidas de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis (incluindo impostos retidos na fonte) são creditadas diretamente no patrimônio líquido.

(f) Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução, líquida de impostos, dos recursos.

(g) Resultado por Ação

O lucro básico por ação é calculado utilizando o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação. A Companhia não possui instrumentos com efeito diluidor, e por este motivo, não existe diferença entre o lucro básico por ação e o lucro por ação diluído.

(h) Reconhecimento da receita

(i) Receita de contratos com clientes

A receita é reconhecida quando a Companhia transfere o controle dos serviços para os clientes, em um valor que reflete a contraprestação que a Companhia espera receber em troca desses serviços.

A Companhia aplica os seguintes cinco passos: i) identificação do contrato com um cliente; ii) identificação das obrigações de execução no contrato; iii) determinação do preço de transação; iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e v) reconhecimento de receita quando ou conforme a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

A receita é reconhecida líquida dos impostos cobrados dos clientes, que são posteriormente remetidos às autoridades governamentais.

4. Títulos e valores mobiliários

	2023		2022	
	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado	1.409	1.409	10.056	10.056
Certificados de Depósitos Bancários ^(a)	1.409	1.409	10.056	10.056

Em 31 de dezembro de 2023, os certificados de depósitos bancários no valor de R\$ 1.409 (10.056 em 31 de dezembro de 2022) estão sendo apresentados como equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa.

5. Outros ativos e outros passivos

	2023	2022
	Outros ativos	
Ativos digitais – Posição de clientes	-	46.131
Outros ativos	1.120	96
Total	1.120	46.227
Circulante	-	-
Não circulante	1.120	46.227
Outros passivos		
Ativos digitais – Posição de clientes	-	46.131
Outros passivos	1.142	714
Total	1.142	46.845
Circulante	-	-
Não circulante	1.142	46.845

6. Negociação e intermediação de valores

Os saldos correspondem a recursos de clientes em reais em suas contas na plataforma da Xtage.

	2023	2022
	Credores por liquidação pendente	6
Total	6	2.235
Circulante	6	2.235
Não circulante	-	-

Xtage Intermediação S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado

7. Intangível

	Softwares	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-
Adições	6.390	6.390
Amortização no período	(914)	(914)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.476	5.476
Custo	6.390	6.390
Amortização acumulada	(914)	(914)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.476	5.476
Amortização no período	(612)	(612)
Baixa (perda por imparidade)	(4.864)	(4.864)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-
Custo	-	-
Amortização acumulada	-	-

8. Ativo fiscal diferido

	Balanco Patrimonial	
	2023	2022
Impostos diferidos		
Prejuízos fiscais a compensar	18.401	8.429
<i>Restricted Stock Units (RSU)</i>	34	463
Outras provisões	(2)	54
Total	18.433	8.946
Ativo fiscal diferido	18.433	8.946

(a) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

	2023	2022
Resultado antes dos impostos	(27.955)	(26.392)
Alíquota aplicável à Companhia	34%	34%
Imposto utilizando a alíquota aplicável	9.505	8.973
Despesas indedutíveis/receitas não tributáveis, líquidas	(27)	(27)
Total	9.478	8.946
Corrente	-	-
Diferido	9.478	8.946

9. Patrimônio Líquido

(a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 46.161, dividido em 47.524.442 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (R\$ 45.000, dividido em 45.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal em 31 de dezembro de 2022).

Em 23 de agosto de 2021, em ato concomitante à reforma do estatuto social da Companhia e ao início das operações, foi aprovado o aumento no capital social de R\$ 44.997, dividido em 44.997.000 (quarenta e quatro milhões e novecentas e noventa e sete mil) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O capital foi integralizado em junho de 2022.

Em 31 de outubro de 2023, por meio de AGE realizada pela Companhia, foi aprovado, em decorrência da incorporação da XP Ativos Digitais Intermediação S.A, o aumento de capital social da Companhia em R\$ 1.161, com a emissão de 2.524.442 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

(b) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída à alíquota de 5% do Lucro Líquido apurado no balanço individual da Xtage.

A reserva estatutária para investimento e expansão é constituída pelo saldo remanescente do Lucro Líquido apurado no balanço, após as destinações legais e tem por objetivo assegurar recursos para investimentos. Esta reserva não poderá ultrapassar o capital social.

(c) Distribuição de dividendos

É assegurado pela Assembleia Geral o pagamento de dividendo obrigatório aos acionistas entre 30% (trinta por cento) e 50% (cinquenta por cento) do Lucro Líquido do exercício após as destinações específicas.

O saldo do lucro líquido, verificado após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberadas pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser integralmente destinado a Reserva de Lucros Estatutária, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das atividades da Companhia conforme previsto no Art. 202 da lei nº 6.404/76 § 4º, § 5º e § 6º até atingir o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do valor do capital social integralizado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não houve lucro a ser distribuído.

10. Receitas operacionais líquidas

	2023	2022
Receita de prestação de serviços	987	267
(-) Impostos sobre a receita de prestação de serviços	(140)	(38)
Resultado de instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado	453	714
(-) Impostos sobre instrumentos financeiros	(24)	(36)
Total	1.276	907

11. Custos e despesas por natureza

	2023	2022
Custos Operacionais		
Outros custos	(2)	(3)
Total dos custos operacionais	(2)	(3)
	2023	2022
Despesas administrativas		
Despesas de pessoal	6.937	14.571
Despesas tributárias	529	309
Despesas de amortização	612	914
Despesas de processamento de dados	6.381	10.951
Outras despesas administrativas	406	564
Total das despesas administrativas	14.865	27.309

12. Gerenciamento de Riscos

(a) Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e pela supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos da Xtage. A Gestão de Riscos está estruturada de forma totalmente independente das áreas de negócio, reportando-se diretamente à alta administração, para garantir isenção de conflito de interesse e uma segregação de funções adequada às boas práticas de governança corporativa e de mercado.

As políticas de gerenciamento de riscos da Xtage são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados periodicamente para refletir as mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Xtage. A Xtage, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, tem por objetivo desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

Tais processos de gerenciamento de risco estão, ainda, associados aos processos de gestão de continuidade de negócios, principalmente no que tange à formulação de análises de impacto, aos planos de continuidade, aos planos de recuperação de desastres, aos planos de backup, ao gerenciamento de crises, etc.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito está diretamente ligado à possibilidade de ocorrências de perdas associadas ao não cumprimento, pelo emissor, ou contraparte, de suas respectivas obrigações contratuais nos termos acordados, à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, a redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação, dentre outros.

A definição de risco de crédito compreende, entre outros:

- Risco da contraparte: É a possibilidade do não cumprimento de obrigações relativas à liquidação de operações com ativos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos.
- Risco país: É a possibilidade de perdas relacionadas ao não cumprimento de obrigações financeiras por tomadores localizados fora do país, em virtude de ações realizadas pelo governo do país em que reside o mesmo.
- A possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante.
- A possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras, nos termos pactuados, por parte intermediadora ou conveniente de operações de crédito.

O gerenciamento do risco de crédito é de responsabilidade da área de risco da Companhia que visa a garantir o cumprimento do determinado na política da Companhia e assegurar que os limites operacionais estabelecidos sejam executados.

Xtage Intermediação S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado

A Companhia estabelece sua política de crédito com base no cenário interno, como composição da carteira por título, por emissor, por rating, por atividade econômica e pelo *duration* da carteira. E no cenário externo como taxas de juros, de inflação, entre outros.

A área de análise de crédito também participa ativamente neste processo, sendo responsável pela avaliação do risco de crédito, emissões e emissores com os quais a Xtage mantém ou pretendem manter relações creditícias, ou intencionam recomendar posições de risco de crédito a clientes. Cabe à área de análise de crédito também a recomendação de limite das posições de risco de crédito dos clientes.

As análises realizadas são apresentadas ao Comitê Consultivo de Crédito, que tem como atribuição determinar se os créditos avaliados são elegíveis como risco de contraparte. Com relação aos créditos destinados à distribuição para a base de clientes da Companhia, são determinados também os limites de crédito para cada emissor e emissão estruturada.

A área de risco é subordinada diretamente ao Diretor de Risco, sem qualquer vinculação com a área comercial. A área de análise de crédito também é subordinada ao Diretor de Risco, tendo a isenção necessária para a realização de suas atividades, uma vez que não participa da definição de estratégias de negócios e não realiza as operações de mercado de qualquer natureza.

A Administração realiza análise da qualidade de crédito dos ativos que não estão vencidos nem reduzidos ao valor recuperável.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito e está demonstrado no quadro abaixo:

Posição ativa	2023	2022
Disponibilidades	403	3.108
Ativos financeiros		
Títulos privados	1.409	10.056
Total	1.812	13.164

(c) Risco de liquidez

É a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis – “descasamentos” entre pagamentos e recebimentos – que possam afetar a capacidade de pagamento da Companhia, levando-se em consideração diferentes prazos de liquidação de direitos e obrigações.

A Companhia possui política de gerenciamento de risco de liquidez, que visa garantir um nível mínimo de liquidez considerado adequado pela alta administração. Essa política prevê ações a serem tomadas em casos de contingência de liquidez, devendo estes ser suficientes para gerar o reenquadramento do caixa dentro dos limites requeridos de liquidez mínima.

A estrutura e o gerenciamento de riscos são de responsabilidade da área de riscos, que está subordinada à Diretoria Executiva, evitando desta forma eventual conflito de interesse com áreas tomadoras de liquidez.

O controle de risco de liquidez é baseado na projeção de caixa e ativos com risco de crédito. A projeção de caixa conta com os recursos livres depositados pelos clientes, enquanto as destinações dos recursos podem ser classificadas quanto a seus prazos de liquidação ou zeragem.

(d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, preço de ações e taxas de juros, têm nos ganhos da Xtage, ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A administração de risco de mercado das operações é efetuada por meio de políticas, procedimentos de controle e identificação prévia de riscos em novos produtos e atividades, visando a manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Companhia e atender à estratégia de negócios e aos limites definidos pelo Comitê de Risco.

Com as regras formalizadas, o Departamento de Risco tem o objetivo de controlar, acompanhar e assegurar o enquadramento dos limites preestabelecidos, podendo recusar-se, total ou parcialmente, a receber e/ou executar as operações solicitadas, mediante a imediata comunicação aos clientes, além de intervir em casos de desenquadramento e reportar ao Comitê todos os eventos atípicos.

Além do controle efetuado pela ferramenta, a Xtage adota diretrizes para o controle do risco dos ativos que balizam as operações da Tesouraria para que as carteiras próprias das empresas participantes sejam compostas de ativos que tenham baixa volatilidade e,

consequentemente, menor exposição ao risco. No caso de desenquadramento dos limites operacionais, o gestor da Tesouraria deve tomar medidas necessárias para o reenquadramento o mais rápido possível.

i. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Xtage sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

(e) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos, decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Xtage, e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Xtage.

O objetivo da Xtage é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação das empresas, além de buscar eficiência de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e a implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Xtage para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- (i) Exigências para segregação de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- (ii) Exigências para reconciliação e monitoramento de operações;
- (iii) Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- (iv) Documentação de controles e procedimentos;
- (v) Exigências para avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- (vi) Desenvolvimento de planos de contingência;
- (vii) Treinamento e desenvolvimento profissional; e
- (viii) Padrões éticos e comerciais.

DIRETORIA

Felipe Trindade	Diretor
Guilherme Sant'anna Monteiro da Silva	Diretor
Marcos Massahiko Horie	Diretor

Jairo Luiz de Araújo Brito

Contador - CRC RJ-110743/O-4

Rogério Bessa Junior

Contador – CRC SP-298461/O-6